



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

01 de Novembro de 2022

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 576/2022

Exmo. Sr. Luis Carlos Domiciano

Em atenção ao Of. nº 637/2022 referente ao Requerimento nº 1107/2022, encaminhamos Ofício da UNIFAE nº 637/2022 anexo, provindo do Centro Universitário Das Faculdades Associadas De Ensino - FAE.

Renovamos na oportunidade os protestos de estima e consideração.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal

Exmo. Sr. Vereador
LUIS CARLOS DOMICIANO
Câmara Municipal
NESTA.



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

21/12/22

funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP.

Ementa: Solicita ao Executivo, que inclua a Administração Indireta e Autárquicas de São João da Boa Vista/SP na ementa e no art. 1º da Lei nº 4.857, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre a redução da carga horária das categorias profissionais de Assistente Social e Psicólogo; de 40h/semanais para 30h/semanais, no âmbito da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, sem redução salarial e dá outras providências.

REQUERIMENTO Nº 1107/2022

REQUEIRO à Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora Maria Teresinha de Jesus Pedroza, Prefeita Municipal, solicitando que inclua a Administração Indireta e Autárquicas de São João da Boa Vista/SP, na ementa e no art. 1º da Lei nº 4.857, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre a redução da carga horária das categorias profissionais de Assistente Social e Psicólogo; de 40h/semanais para 30h/semanais, no âmbito da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, sem redução salarial e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que a Lei n. 4.857, de 20 de julho de 2021 é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos da Lei Orgânica do Município, propõe-se o presente anteprojeto para que seja elaborada nova legislação para, de forma expressa e nominal, constar que a Lei n. 4.857, de 20 de julho de 2021 aplica-se à Administração Indireta e Autárquicas de São João da Boa Vista/SP, haja vista o noticiado quanto ao Requerimento encaminhado ao Reitor da UNIFAE, em 29/07/2022, pelo Sindicato dos Funcionários da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Autarquias, Empresas e Fundações Municipais de São João da Boa Vista/SP, assinado por João Henrique de Paula Consentino, cuja cópia foi entregue ao Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista/SP, destacando-se o seguinte trecho: "(...) em razão da total ausência de justificativa legal e razoável, a diferenciação exposta pela Lei Municipal n. 4857/2021, entre servidores públicos da administração direta e os integrantes da administração indireta e autarquias, em não incluir da referida lei as ocupantes do mesmo cargo desta instituição, afronta os princípios constitucionais da isonomia e da razoabilidade".

A presente proposta fundamenta-se nos princípios administrativos da impessoalidade, moralidade, razoabilidade e isonomia, insculpidos na Constituição Federal de 1988.

Agradeço a atenção e providências.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 04 de outubro de 2022.

Luís Carlos Domiciano
LUÍS CARLOS DOMICIANO (BIRA)
VEREADOR - PL

Rui Titi

JOCELI MARIOZI

PASTOR CARLOS

WILZ PARAKI

Claudinei

CARLOS GOMES

Claudio

HELDREIZ MUNIZ

MACENA

ALINE LUCHETTA

RODRIGO BARBOSA

JÚNIOR DA VAN

GUSTAVO BELLONI

São João da Boa Vista, 27 de outubro de 2022.

Ofício UNIFAE nº 137/2022 – Reitoria

Assunto: Resposta ao Ofício nº 637/2022

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal,

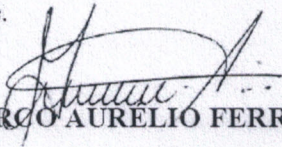
Em atenção ao ofício nº 637/2022 com Requerimento nº 1107/2022, o qual veicula pedido de reconhecimento do direito à jornada de 30 horas semanais, aos servidores lotados nos cargos de Assistente Social, cumpre informar à Vossa Senhoria que o tema já foi abordado por esta Reitoria, à razão do requerimento administrativo apresentado pela servidora Edine Cristine Trevisan, e como consta em ofício enviado ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, protocolado na data de 23 de agosto de 2022 às 16:47 horas, com todas as informações aqui contidas.

Na oportunidade, dentre outros motivos, restou consignada a impossibilidade de aplicação da norma referenciada, qual seja, Lei Municipal 4.857/2021, uma vez que não vinculou expressamente os servidores do quadro permanente da Autarquia, mas, tão somente, da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista.

Outrossim, é certo que a Lei sequer autoriza os demais órgãos da Administração Pública Municipal a reduzirem e readequarem a jornada dos profissionais ocupantes destes cargos, não podendo a Autarquia adotar igual conduta sem prévia autorização legal, sob pena de violação do princípio da legalidade, razão pela qual torna-se inviável o reconhecimento do direito pleiteado.

Sem mais para o momento, renovamos à Vossa Excelência elevados protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente.


MARCO AURÉLIO FERREIRA
Reitor

Ilma. Sra.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

DD. Prefeita Municipal de São João da Boa Vista

São João da Boa Vista – SP